

Bloco

Para fazer
o que nunca
foi feito

INFOMAIL



Mariana
Mortágua

Moisés
Ferreira

Por Aveiro

LEGISLATIVAS 2024

Depois de 10 de março, Portugal será diferente. A escolha é entre um regresso ao passado, com mais desigualdade e autoritarismo - ou mudar para melhor. O **Bloco** é a força para abrir esse caminho, um caminho de mudança, assente num acordo à esquerda por mais salário, habitação, educação e saúde.

O PS não tem soluções para as crises que criou. Deixou a saúde e a educação degradarem-se e fez explodir a crise na habitação. O salário médio estagnou e a política do PS deixou um país de salários mínimos. Enquanto a renda, a prestação e a inflação apertavam a vida do povo, a banca, a EDP e a Galp tiveram lucros recorde.

A direita esteve junta no governo de Passos Coelho e Paulo Portas. Agora quer juntar-se de novo. Querem enfraquecer os serviços públicos para dar milhões a ganhar aos privados. Querem menos impostos para os mais ricos, menos proteção social para os de baixo. Protegem a minoria: os donos disto tudo, os milionários, as grandes empresas. A direita é sempre a forma errada de nos livrarmos da má política. Não merecem o benefício da dúvida.

O voto no Bloco coloca a direita no seu lugar: a oposição, longe do poder. Mas as coisas não podem continuar na mesma. O Bloco denunciou a promiscuidade e a corrupção e já disse ao que vem nestas eleições. Queremos ter força para impor uma maioria na Assembleia da República que traga mudança à vida das pessoas. Uma maioria que garanta que os salários médios aumentam, que baixe as rendas e as prestações, que garanta médicos nos hospitais e professores nas escolas.

Votar Bloco é dar força à mudança e é um voto que conta para uma maioria à esquerda. Queremos um acordo amplo para essa maioria para melhorar a vida.

PROGRAMA PARA VIRAR A PÁGINA



Acabar com a impunidade e a corrupção

Criminalização do enriquecimento injustificado, taxar a 100% a riqueza abusiva sem origem clara; durante seis anos, ex-governantes não podem ser contratados por empresas do setor que tutelaram.



Proteger o planeta com justiça social

Combater as alterações climáticas com mais transportes e empregos, sem penalizar quem trabalha.

Passes municipais a 15 euros e intermunicipais a 20 euros em todo o país; passe ferroviário nacional a 40 euros.

Energia renovável: aposta no solar descentralizado e fim das megacentrais.

Revogar as leis PIN e o simplex ambiental; novas regras para exploração de recursos naturais, agricultura intensiva e turismo agressivo.

Cortar as emissões dos mais ricos: taxar os lucros das petrolíferas; travar os jatos privados; eletrificação dos cruzeiros.



Justiça contra os privilégios

Imposto sobre as grandes fortunas e sobre lucros excessivos.

IVA da eletricidade e gás a 6%; leques salariais nos setores público e privado: nenhum gestor pode ganhar num mês mais do que um trabalhador da mesma empresa ganha num ano.



Saúde e Educação: o futuro é Público

Sem investir no SNS e na Escola Pública teremos serviços públicos degradados para os pobres e a classe média a pagar caro no privado.

Mais profissionais para o SNS funcionar: exclusividade a sério com majoração de 40% do salário; aumento em três posições remuneratórias (mínimo 150 euros); progressões automáticas.

Saúde oral, psicologia e nutricionistas no SNS; medicamentos 100% comparticipados para quem tem rendimento inferior ao salário mínimo.

Recuperação total do tempo de serviço dos professores; programa de vinculação extraordinária de docentes precários; regime de compensação a docentes deslocados.

Rede de creches públicas com 125 mil novas vagas.





Casas para morar, não para especular

Garantir o direito à habitação é limitar o poder dos especuladores, do turismo e da banca.

Baixar as rendas: tetos para as rendas, segundo a zona e a tipologia; estabilidade no arrendamento; limites ao aumento das rendas.

Mais casas para viver: proibir a venda de casas a estrangeiros não residentes; limitar o Alojamento Local; 25% da nova construção tem de ser para habitação acessível; fim dos benefícios fiscais à especulação e a residentes não habituais.

Baixar os juros da habitação: reduzir os juros na Caixa Geral de Depósitos, arrastando todo o sistema bancário.



Horários, salários e pensões para poder viver

Mudar as regras do trabalho, por mais salário ao fim do mês e tempo para viver.

Salário mínimo 900 euros em 2024 com atualização anual de 50 euros + valor da inflação.

35 horas semanais de trabalho, semana de 4 dias e 25 dias de férias/ano no público e no privado. Mais tempo para os filhos: licença paga 5 dias/ano.

Mais 500 euros no salário de entrada na Função Pública para servir de referência ao privado e puxar salário médio para cima.

Trabalho por turnos: mais tempo e fins de semana para descansar, reforma antecipada e subsídio de turno obrigatório.

Justiça nas pensões: reforma sem penalizações aos 40 anos de descontos, pensões de quem tem mais de 20 anos de desconto acima do limiar da pobreza e recuperar pensões antecipadas penalizadas pelo "fator de sustentabilidade".



Igualdade é democracia

As instituições têm de mudar para incluir toda a gente, sem excluir nem discriminar. Só assim defendemos a democracia.

Igualdade de género: sancionar empresas que não aplicam a igualdade salarial entre homens e mulheres; crime de violação deve ser crime público; renda acessível para famílias monoparentais.

Vencer o racismo e a xenofobia: fim dos despejos sem alternativa de habitação; revisão dos manuais escolares com uma perspetiva anticolonial e antirracista; alteração ao Código Penal para impedir abordagens policiais com base na pertença étnica.

Direitos LGBTQI+: introduzir o direito à identidade de género na Constituição; formar os funcionários públicos em direitos LGBTQI+; uniformizar as normas de acesso das pessoas trans à saúde.

IVG, cumprir um direito: a interrupção voluntária da gravidez foi uma conquista que está posta em causa. Para que todas tenham acesso à IVG, propomos: fim do período de reflexão obrigatório e da exigência da intervenção de 2 médicos; alargamento do prazo até às 12 semanas; aborto médico nos centros de saúde e para as unidades de saúde familiar.



Candidatura pelo distrito de Aveiro



Moisés Ferreira
Psicólogo



Nelson Peralta
Biólogo



Sónia Pinto
Enfermeira



Filipa Vieira
Estudante



João Moniz
Investigador



Sara F. Costa
Professora e escritora



Tiago Paiva
Professor Universitário



Bibiana Pinho
Assistente operacional em Jardim de Infância



Eduardo Couto
Educador social



Ana Luzia
Professora



Bruno Morais
Técnico de Emergência Médica



Ana Luísa Pinto
Psicóloga



Alcino Martins
Metalúrgico



Celme Tavares
Técnica Superior na UA



Renato Santiago
Professor Universitário



Catarina Valadas
Música



MANDATÁRIA HABITAÇÃO

Ana Mingatos
Ativista Movimento Casas para Viver



MANDATÁRIA SAÚDE

Fernanda Lopes
Enfermeira e dirigente Sindical



MANDATÁRIO DISTRITAL

Rui Oliveira
Músico



MANDATÁRIO TRABALHO

José Jesus
Dirigente Sindical do STAL



MANDATÁRIO AMBIENTE

Octávio Lima
Professor e ambientalista



HABITAÇÃO A habitação é hoje uma das principais fontes de empobrecimento de quem trabalha. Nos últimos 3 anos o preço da habitação disparou em todo o distrito. Nalguns concelhos, o preço de compra subiu na ordem dos 40 a 50% e o do arrendamento, 20 a 30%.

Nenhum trabalhador viu o seu salário aumentar tanto. O principal problema foi a transformação da habitação num ativo financeiro, potenciado por políticas de especulação imobiliária. Quem trabalha vê a sua pouca riqueza a ser transferida para a banca (3 mil milhões de lucro em nove meses), para os fundos imobiliários e os especuladores.

O Bloco propõe controlar as rendas, baixar os juros do crédito à habitação, aumentar a habitação pública, mobilizar os prédios devolutos e que 25% de toda a nova construção seja a custos controlados.

SAÚDE O número de utentes sem médico e sem equipa de família aumentou 47%, em 2 anos, nos 12 concelhos do ACeS Baixo Vouga. Verificou-se um aumento de 30% dos utentes em lista de espera para cirurgia nos centros hospitalares Entre Douro e Vouga, Gaia/Espinho, Baixo Vouga e no Hospital Francisco Zagalo.

O distrito de Aveiro tem tido vários serviços de urgência, de obstetria e blocos de partos encerrados por falta de profissionais e existe ainda a reorganização em Unidades Locais de Saúde contra a vontade das populações e que nada resolve.

O Bloco propõe: contratação de mais profissionais de saúde; dentista, psicólogo e nutricionistas nos centros de saúde e aumento da comparticipação dos medicamentos, óculos e aparelhos auditivos.

JUSTIÇA NA ECONOMIA O distrito de Aveiro é desigual. Há quem ganhe fortunas e quem tenha um salário que não chega para o mês. Justiça na economia é aumentar o salário mínimo e o salário médio, é reduzir o tempo de trabalho para as 35h e avançar para a semana de 4 dias. É uma fiscalidade mais progressiva, aliviando de impostos quem vive do seu trabalho e colocando as fortunas e as grandes empresas a contribuir para a sociedade.

TRANSPORTES O reforço dos transportes públicos é uma prioridade para responder às alterações climáticas e também para garantir melhor qualidade de vida e poupança a quem se desloca todos os dias para o trabalho.

Defendemos a modernização e eletrificação de toda a Linha do Vouga e a densificação da oferta de transportes públicos em todo o distrito. Queremos a gratuidade dos transportes para jovens até 25 anos e a redução dos passes para 15 euros dentro do concelho e 20 euros nos intermunicipais, incluindo aí o comboio e as viagens casa-trabalho mais longas.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS É necessário proteger os ecossistemas e a biodiversidade. O Bloco propõe a criação de um grande Parque Natural que englobe as áreas classificadas da Ria de Aveiro, do rio Vouga e da Pateira de Fermentelos, Requeixo e Carregal e das Dunas de São Jacinto, dotando de recursos financeiros e técnicos a sua proteção e valorização, assim como a proteção da Barrinha de Esmoriz.



Conhece o nosso programa em ↙

programa2024.bloco.org

Esquerda de confiança

Recebe as novidades do Bloco ↘

